

PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO EM CIDADES MÉDIAS: POLÍTICAS PÚBLICAS, PERIFERIAS PRECARIZADAS E A REALIDADE DE VITÓRIA DA CONQUISTA-BA.

Aletícia Alves Meira¹

Graduanda em Geografia (UESB)

Email: aleticiaalves@gmail.com.

RESUMO:

A análise do espaço urbano permite perceber a trajetória de contradições na qual ele foi e é produzido. O processo de criação e reprodução das periferias pobres torna-se um dos reflexos dessas contradições, uma vez que está impregnada nesse a interferência direta das políticas públicas, pois essas moldam o espaço urbano desde cedo, de modo a reproduzir as suas disparidades através dos tempos, destinando às periferias pobres as mazelas da precarização. A cidade de Vitória da Conquista/BA reflete bem esse conflito, pois nela as periferias precarizadas são marcadas pela interferência e articulação das políticas públicas, no sentido de seu descaso. Desse modo, a discussão se dá a luz da análise dos desencadeamentos da relação políticas públicas e periferias, tendo a precarização com uma consequência dessa relação, e Vitória da Conquista como um caso onde todo esse processo toma formas muito claras.

Palavras chave: Produção do espaço urbano, políticas públicas, periferias pobres, precarização.

Introdução

Dentre as intrincadas relações que implicam a produção do espaço urbano, é relevante destacar a continuidade de um processo que, em hipótese, há muito deveria ter sido extinto: a reprodução desigual da vida nas cidades e a precariedade em que vive uma majoritária parcela de sua população. Um problema existente desde os primórdios das gerações e que, no entanto, permeia até a atualidade, acrescido de novas facetas, face à inserção do modo capitalista de produção. No sentido de buscar os agentes que envolvem esse processo, encontramos, hoje, as políticas públicas como um de seus principais articuladores, tendo em vista que essas são responsáveis por uma série de medidas que, de alguma forma, “moldam” o espaço urbano de acordo com seu planejamento.

Dessa forma, o presente estudo nasce de uma busca e um anseio por entender as relações e os desdobramentos que englobam, atualmente, as políticas públicas e as periferias pobres, sobretudo das cidades médias. Tal relação engendra fatores complexos e contraditórios, que desencadeiam uma dinâmica, hipoteticamente, de fácil

¹Membro do Grupo de Pesquisa Urbanização e Produção de Cidades na Bahia, sob a orientação do Prof. Dr. Janio Santos.

visualização, entretanto de complicado entendimento. Portanto, se faz necessário debruçar sobre essa e, assim, analisá-la sob seus diferentes ângulos.

Partindo dessa perspectiva, adota-se Vitória da Conquista como um caso particular, onde essa relação assume um caráter bastante intrigante, uma vez que há na referida cidade um forte processo de expansão das áreas periféricas pobres, com acentuados graus de precarização das condições de vida dos habitantes. Trata-se de uma importante cidade média em que há algum tempo perdura essa dinâmica, concomitante as tentativas, muitas vezes inadequadas ou ineficientes, de solução do problema, por meio de políticas públicas que, na contramão de equacionar a situação, reafirmam uma crescente disparidade estrutural social e econômica entre áreas da cidade.

Desse modo, este artigo tem por finalidade investigar a relação entre as políticas públicas e as periferias pobres, bem como primar pela discussão sobre os processos por elas desencadeados na cidade de Vitória da Conquista. Para que esse objetivo possa ser atingido, utilizou-se de um levantamento bibliográfico acerca do tema e em observações diretas na cidade, para que, assim, possamos contribuir para um debate que se inicia.

Num primeiro momento, exploraremos, no plano teórico, os conceitos de cidades médias e periferia e, com base nisso, adentraremos na discussão do processo da precarização e sua relação com política pública, para, *a posteriori*, pensar de que forma as intervenções públicas implicam e articulam tais políticas, tendo Vitória da Conquista como um estudo de caso.

PRECARIZAÇÃO E POLÍTICAS PÚBLICAS URBANAS

Antes de adentrar na discussão proposta, é válido esclarecer algumas conceituações dos termos que serão explorados no presente estudo. Defini-los prontamente não seria possível, uma vez que novas discussões e novos trabalhos estão sempre por lhes atribuir novos olhares e formas de compreensão. Desse modo, expomos somente um desses, um ponto de vista, e não uma verdade pronta e acabada, mesmo porque a pesquisa que ora apresentamos está em andamento, de modo que esses conceitos podem ser revistos ou repensados.

Os trabalhos sobre cidades médias, que vêm se intensificando nos últimos anos, permitem entendê-la sob diversos ângulos, em que, num desses, podemos observá-las como centros urbanos com população entre 100 mil e 500 mil habitantes, não sendo essas zonas metropolitanas ou capitais (ANDRADE, SERRA e SANTOS, 200, p.251). Entretanto, enquadrá-las somente nesse aspecto é negar suas particularidades e os desdobramentos existentes em seu contexto. Como argumenta Maia, esse “[...] dado não traduz a dinâmica do conjunto de cidades estudadas ou mesmo não é sinônimo de uma dada realidade.” (MAIA, 2010, p.19), tendo em vista que as diferenças de natureza física, econômica, social e política estão presentes no cotidiano dessas cidades e interferem diretamente em sua organização e modo de vida, ao passo que não podemos ignorá-las ou permanecer indiferente a tais disparidades. Assim, analisar cidades médias é se debruçar sobre o estudo de centros urbanos com um dado número populacional, que apesar de possuírem características em comum, são dotadas, mormente, de peculiaridades próprias.

Ao adentrar no contexto das cidades médias, bem como no processo de urbanização que atua sobre essas, e conseqüentemente as molda, dentro do que é proposto faz-se necessário também abordarmos o conceito de periferia. Vê-se atualmente nessas cidades uma larga expansão das áreas periféricas. Todavia, nota-se nelas uma nova organização, que se estabelece no meio urbano. Segundo Dias e Vidal:

[...] duas formas de periferias se consolidaram: uma dita popular, marcada por precariedade, autoconstrução, ilegalidade e adensamento demográfico; e outra reconhecida como área nobre, caracterizada pela presença de amenidades, arquitetura sofisticada e serviços inclusive públicos de qualidade. (DIAS; VIDAL, 2009, p. 468).

Assim, entende-se por periferia as áreas afastadas do centro urbano e que, de certa forma, dependem desse para realizar um conjunto de atividades e para usufruir de seus serviços. A divisão da sociedade em classes, processo intensificado pelo sistema capitalista, gera a fragmentação do espaço urbano e a segregação socioespacial dentro da própria periferia. O uso do espaço para a reprodução da vida, para a construção da moradia, deixa, então, de ser algo necessário somente por esse caráter e passa a ter um valor de troca, sendo uma mercadoria para a especulação imobiliária (SANTOS, J. 2010, p.64), em que, nesse contexto, o indivíduo é pensado de acordo a sua localização residencial. Esse processo, portanto, culmina na existência de uma periferia pobre e, por

outro lado, de uma periferia “enobrecida”, como afirmam Dias e Vidal (2009, p.460), que acarreta: “[...] tanto uma segregação espacial da população pobre como uma auto-segregação da população rica” (SOGAME, 2001, p.100).

Contudo, neste estudo, iremos focar na discussão das periferias pobres, bem como em alguns agentes que a engendram. Por periferias pobres, como foi esclarecido, entendem-se as áreas urbanas desprovidas de fatores básicos a se alcançar uma qualidade de vida digna para a própria sobrevivência no meio urbano. Segundo Andrade, Serra e Santos (2001, p.253), identifica-se a pobreza quando notamos a falta do que é considerado essencial para a vida humana, para a sobrevivência individual. Assim, a ausência de infraestrutura e equipamentos urbanos, que dão suporte básico para a reprodução da vida, assim como também a presença de problemas sócio-econômico-estruturais, denunciam as periferias pobres e as dificuldades enfrentadas por sua população.

Dessa forma, pode-se apontar a precarização como uma questão existente nessas periferias, mas não desenvolvidas e reproduzidas por elas. Contudo, antes de entrarmos nessa questão, é preciso que se entenda a que nos referimos quando tratamos de precarização.

Sabe-se que há muitos séculos observar a sociedade é perceber nela suas desigualdades, as diferenças existentes entre seus habitantes, que refletem em sua estrutura, formando o que Domingues (1994/5, p.10) considera um *mosaico urbano*. Tal processo provém desde antigas civilizações e perdura até a atualidade. Entretanto, é evidente que, ao longo do tempo, a sociedade, bem como sua organização, se transformou; a economia, os meios de produção e a ciência conseguiram se expandir a tal ponto a culminar no complexo sistema capitalista em que vivemos. Contudo, as velhas disparidades ainda insistem em existir. As problemáticas sociais, apesar de ganharem novas expressões, ao fundo, continuam a serem as mesmas, e os agentes que a condicionam adotaram novas posturas, novos disfarces, mas ainda assim, são da mesma ordem.

A precarização ganha também dimensões complexas, que, como num “efeito dominó”, acarreta em outras e outras formas de vidas precárias, capazes de mergulhar as periferias pobres das cidades numa problemática que afeta a estrutura material e social das famílias que nelas estão presentes.

Esse aspecto, portanto, se torna capaz de atravessar milênios.No Brasil, se apresenta “como um problema de 500 anos, hoje agravado com as novas feições do capitalismo “globalizado”.(VÉRAS, 2003, p.91). A resolução dessa questão, como exposto anteriormente, implica em ir de encontro ao próprio sistema capitalista. Por outro lado, sendo o estado governamental seu aliado, como ele poderia solucionar tal problema? J. Santos contribui, ao indagar: “[...] será que o Estado capitalista conseguirá realmente resolver os problemas urbanos, se tais problemas, quando não são produzidos por ele mesmo possuem a sua aquiescência?”(SANTOS J., 2010, p.72).

Portanto, é necessário expor que esse processo não envolve, somente, aspectos associados à infraestrutura, e sim um sentido mais amplo.Nesses termos, estamos nos referindo a sua dimensão social, principalmente, a que se materializa nas periferias pobres. Bazan (2008) afirma que a precarização do emprego, do trabalho, da educação e dos serviços públicos submete e acarreta a uma “vulnerabilidade social”, problema que interfere diretamente no seio familiar, desestruturando-o, gerando outros graves problemas que irão culminar na “[...] condenação de bairros em vias de guetificação.” (BAZAN, 2008, p.322).

Thomaz Júnior e Gonçalves (2002) ao falarem da questão ontológica do trabalho, expõem sobre esse como algo que também perdeu seu sentido de uso, ganhando valor de troca num sistema que;

[...] assume cada vez mais caráter predatório no que diz respeito à exploração e utilização do trabalho como criador de valor de troca, subjugando permanentemente a parcela da sociedade que tem como única forma de garantir meios para a satisfação de suas necessidades básicas a comercialização de si mesmo, enquanto mercadoria força de trabalho. (THOMAZ JÚNIOR; GONÇALVES, 2002)

A precarização do trabalho assume sentidos amplos no momento em que essa precariedade ultrapassa a atividade “o trabalho” em si, e se impregna também no próprio ser. Ainda de acordo com Thomaz Júnior “[...] o trabalho não produz somente mercadorias, ele produz a si mesmo e ao trabalhador como uma mercadoria, e isto na medida em que produz, de fato, mercadorias em geral”. (THOMAZ JÚNIOR, 2005, p.9).

Percebe-se, assim, que se, no plano aparente, a precarização emerge como a má qualidade do que é disponibilizado às pessoas pobres, na essência, como propõe

Thomaz Júnior e Gonçalves, a população que vive nas periferias pobres das cidades, o que nos leva a pensar, conseqüentemente, todo o processo de deterioração da sua vida social e material.

Ao pensarmos nos agentes que desencadeiam o processo da precarização lembra-se dos donos dos meios de produção e, como aliado desses, o Estado. Esse último, mais especificamente, por meio de suas políticas públicas, é grande responsável pela maior parte dos serviços que é disponibilizado a essas periferias. Cabe ressaltar que quando nos referimos a políticas públicas temos noção de que essas não são aplicadas, unicamente, pelo Estado, e sim, também, por outros segmentos da sociedade, tais como ONGs, instituições privadas etc.. Entretanto, nestas reflexões, expomos que quando tratarmos de políticas públicas estaremos nos referindo aquelas implantadas pelo Estado.

Essas se mostram, por vezes, movidas ora por um desinteresse para com as periferias pobres, ora por uma lógica de fazer a cidade funcionar, em prol de se retirar dela o lucro, o que é também o intuito central do sistema capitalista de produção. Vêras, ao discutir essa questão, expõe que:

[...] as políticas urbanas acabam, por insuficiência às vezes, e de outras, por atrelarem-se à esteira do capital privado, a reproduzir o modelo que é o de tentar colocar **ordem**, fazer a cidade funcionar como **máquina** onde não há apenas desordem e sim contradição. (VÉRAS, 2003, p.85/86). (Grifos da autora).

As contradições afirmadas pela autora serão discutidas mais à frente. Todavia, por hora, esclareçamos apenas o que são tais políticas e como essas podem decorrer em mudanças nas cidades médias. Primeiramente, por políticas públicas urbanas pode-se compreender que são as normas e ações planejadas pelo Estado e implantadas na cidade. Essas podem ser de diversas características, tais como as voltadas para educação, questões econômicas, de infraestrutura, dentre outras. O curioso é observar que essas quase sempre reproduzem à lógica das classes dominantes e moldam o espaço de forma a reproduzir as desigualdades impostas pelo capital. Assim, de acordo com Moreira Júnior (2010), o estado, por meio de suas políticas de urbanização, também é responsável pelas formas de uso do solo urbano, de modo a estar apto a coordenar o preço que se pode extrair de cada área da cidade. Ainda segundo o autor, isso pode se

consolidar por meio de “[...] investimentos em infra-estrutura, equipamentos ou serviços urbanos, valorizando o solo em determinadas áreas em detrimento de outras.” (MOREIRA JÚNIOR, 2010, p.3).

Desse modo, podemos entender que as políticas públicas urbanas acumulam, para si, uma grande responsabilidade na articulação e na produção das cidades, ainda que façam isso de forma seletiva, de acordo a atender aos interesses de uma minoria dominante. Passaremos a discutir, assim, sua relação com as periferias pobres das cidades médias.

DO CAMPO À PERIFERIA POBRE: UMA TRAJETÓRIA

Falar no processo de produção das periferias pobres, nas cidades médias, é falar, conseqüentemente, da relação campo-cidade, uma vez que essa última é fator relevante no processo de formação dessas periferias. Entretanto, a abordagem dessa relação que pretendemos discutir não é a ideologia imposta de que o camponês, visto como um “sonhador”, parte voluntariamente para a cidade, em busca de novas perspectivas de vida. Como aponta J.Santos (2010), esse camponês foi expropriado do campo, em função da modernização da agricultura, da chegada de grandes empresas, da ausência de políticas públicas, enfim, de mudanças que transformaram o espaço rural, o que impossibilitou a continuidade da reprodução de sua vida, ou seja, do trabalhador continuar tirando o seu sustento do campo. Assim:

Na esteira do fenômeno, uma massa de camponeses foi e é expropriada de suas propriedades agrícolas e a ideologia conservadora ainda mantém a idéia de que essa leva saiu do campo em busca de condições melhores de vida na cidade, desconsiderando o modo recrudescente e bárbaro como tudo isso ocorreu e ocorre, bem como sua territorialização nas áreas urbanas de todos os tamanhos.” (SANTOS, J.,2010, p.63).

Nesse contexto, é válido questionarmos: a quem caberia oferecer esses subsídios, para que não houvesse essa densa expropriação? Sabemos que, não totalmente, mas às políticas públicas de governo também caberia esse papel. Contudo, para o Estado, incentivar o camponês a não vender as suas terras e a sua força de trabalho para as grandes empresas seria como contradizer seu próprio papel no âmbito

do atual sistema, uma vez que o Estado deve ser compreendido como um grande incentivador para que os empreendimentos capitalistas se instalem no campo [tanto quanto na cidade] sendo, sempre, seu forte aliado.

Assim, a ausência de políticas públicas para atender a população de baixa renda começa ainda no campo, com a falta de medidas que acabam por acarretar migração do camponês para as áreas que Andrade, Serra e Santos chamam de “*idades de atração*”. Segundo os autores, essas, geralmente, são centros urbanos de médio porte onde se observa que seus imigrantes são maiores do que as taxas de emigrações. Na maioria dos casos, as *idades de atração* estão localizadas próximas a esses campos e são responsáveis, principalmente a partir das cinco últimas décadas, por receber levas de imigrantes camponeses, que vêm a engrossar a malha urbana dessas cidades (ANDRADE, SERRA e SANTOS, 2001, p.265).

Como um exemplo dessas *idades de atração* está Vitória da Conquista, cidade média baiana, que foi e é diretamente influenciada pela relação campo-cidade, uma vez que se observa nessa, principalmente a partir do ano de 1940 (FERRAZ, 2001, p.31), a intensificação da chegada de camponeses expropriados da zona rural, provindos de pequenos distritos e cidades circunvizinhas. Esses camponeses eram, em sua maioria, pequenos agricultores, que, entre outros fatores, como a intensificação da lavoura cafeeira de grande porte, se viram “obrigados” a venderem suas terras a grandes cafeicultores e migraram, assim, para a cidade ou tornaram-se empregados desses.

Como sinalizam Silva, Pires e Souza:

Antigos pequenos proprietários, posseiros e “agregados” [ou simples “moradores” de fazendas], que antes se ocupavam com lavoura de subsistência, produzindo em regime familiar, foram desalojados da terra: pela compra de suas propriedades ou posses, pela expulsão, pela exigência que o comprador fazia ao vendedor de uma “fazenda” tradicional de receber a propriedade “livre e desocupada de moradores, agregados ou trabalhadores”. A consequência é que muitos trabalhadores deixaram de produzir para si mesmos, com as suas famílias, foram expulsos da terra, e passaram a trabalhar para o “fazendeiro do café”. (SILVA; PIRES; SOUZA, 1987, apud; FERRAZ, 2001, p.34).

A atração desses camponeses para Vitória da Conquista se dá ora pelo que parece ser a saída mais acessível ao problema da expropriação, ora pela crescente dinâmica econômica que a cidade passou a apresentar, como o aumento do comércio e

serviços, a chegada de novas indústrias e equipamentos urbanos, tais como escolas, postos de saúde, rodovias etc. Ainda de acordo com os estudos de Ferraz, a criação de leis trabalhistas, no decorrer dos anos, fez com que os fazendeiros diminuíssem ao máximo seu quadro de funcionários, o que elevou o número de ex-camponeses, agora também desempregados, que marcharam rumo à *cidade de atração* mais próxima.

Assim sendo, esses trabalhadores ingressam à referida cidade, mas não de forma digna ou bem estruturada; eles chegam tendo em mãos somente sua força de trabalho para vender. Por isso, se fixaram em áreas de ocupações irregulares, sem infraestrutura alguma, que, mais tarde, iriam formar os loteamentos precários, criados seja por uma cidade que passava por um forte processo de valorização da terra urbana, seja por uma demanda de terrenos para abrigar toda essa nova população.

Como as suas condições de trabalho eram muito precárias, isso gerou, conseqüentemente, a formação de um alto contingente de famílias vivendo em estado de extrema pobreza. Nessas áreas, o abandono por parte das políticas do estado foi a tônica do processo de produção do espaço.

VITÓRIA DA CONQUISTA: O QUE HÁ POR TRÁS DA MÁSCARA DO “DESENVOLVIMENTO”

O acentuado processo de expansão das periferias pobres de Vitória da Conquista, dessa forma, continua até a atualidade, e esse formou bairros antigos e novos que, em sua maioria, revelam altos índices de pobreza e precarização. Barros e Rocha (2010), em seus estudos sobre a segregação socioespacial em Vitória da Conquista, afirmam que:

[...] Segundo dados do censo do IBGE, do ano de 2000 cerca de 5% da população encontra-se abaixo da linha de pobreza o que gera a privação ora conseqüente, ora intencional de grande parcela da comunidade conquistense ao acesso aos equipamentos urbanos necessários para uma vida cidadina digna. (ROCHA; BARROS, 2010).

Contrastando com esse quadro, está o recente processo de verticalização e “enobrecimento” de áreas periféricas, destinadas a uma elite minoritária, que já possui a

seu dispor uma série de equipamentos públicos, capazes de lhes proporcionar uma vida bastante confortável.

Dias e Vidal (2009) afirmam que:

[...] os governos historicamente atuam no sentido de privilegiar as áreas já habitadas (ou potencialmente habitáveis) pelos grupos sociais dominantes, decorre que a diferença de qualidade observada nos distintos espaços da cidade está diretamente relacionada ao perfil de seus moradores, ou seja, fundamentalmente aos seus rudimentos e às posições que de fato ocupam na estrutura social (DIAS; VIDAL, 2009, p.456).

Todavia, é relevante destacar que o discurso do próprio poder público vai de encontro as suas ações, pois, se por um lado ele privilegia a classe dominante, os donos dos meios de produção, dando o caráter segregador às suas próprias políticas, por outro, por meio de seu discurso, tenta criar o mito do “desenvolvimento” de uma cidade que beneficia a todos, da realidade próspera, da cidade em vias de constante crescimento.

Em Vitória da Conquista isso se torna bastante evidente. Sendo essa, atualmente, a terceira maior cidade do estado, possuindo uma população urbana de 274.739 habitantes, segundo Censo do IBGE 2010, o estado se vale de alguns índices de melhorias para pregar a ideia de uma eficácia de suas políticas públicas. Mas, até os dados denunciam o caráter equivocado de tal discurso. Segundo dados disponibilizados pela Prefeitura, no Plano Plurianual de Administração Pública, no ano de 2008, foram arrecadados cerca de R\$ 26.513.793,34 somente em impostos públicos. Contudo, mesmo com toda essa arrecadação, segundo dados da SEI (Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia), de, 2006, o Índice de Serviços Básicos de Vitória da Conquista é o 19º melhor da Bahia. O Índice de Gini, que mede o grau de desigualdade existente na população, onde 0 seria a completa igualdade, e 1 a desigualdade extrema, apontou para Vitória da Conquista o índice de 0,47, o que denuncia a face contraditória do discurso das políticas públicas.

Adentrando um pouco mais nesse estudo, veremos que, com base nos dados do IBGE (2010), as desigualdades continuam se reafirmando, sendo Vitória da Conquista produtora de um PIB *per capita* de R\$ 8.346.46, dos 86.460 domicílios que responderam, 33.566 ganham somente até meio salário mínimo por pessoa da família (*per capita*); e 22.279 domicílios ganham acima de 1 salário mínimo por pessoa, o que

comprova que grande parte da população de Vitória da Conquista é pobre, pois possui uma incidência de pobreza de 39,06%, ainda segundo o IBGE, e/ou pertencente à classe média baixa.

O discurso de crescente “desenvolvimento” da cidade não leva em consideração que nessa cerca de 720 domicílios não possuem sequer energia elétrica (IBGE, 2010). A infraestrutura existe, todavia, não é estabelecida da mesma forma a todos; ou seja, enquanto os bairros das classes média e alta de Vitória da Conquista exibem equipamentos públicos que remetem a uma boa qualidade de vida, a periferia cresce e se reproduz sob as bases da precarização, do descaso. Ainda de acordo com os dados da SEI (2006), o Índice geral de infraestrutura de Vitória da Conquista é, no ranking do estado, somente 42º, o que só comprova que o crescimento da cidade se dá de forma desigual e propositadamente desordenada.

Ainda como reflexo desse crescimento segregador e desigual, por exemplo, a rede de esgotamento sanitário da cidade passou ultimamente por expansões, chegando a bairros antigos, mas, com altos graus de precarização, tal como o Kadija, situado no sudoeste da cidade. Esse ainda possui como principal forma de saneamento básico a construção de fossas, realizada pelos próprios moradores nos quintais de suas casas, como foi dito, ainda que, recentemente, houvesse a implantação da estrutura de rede de esgoto no próprio bairro, faltando a canalização da rede ao local a qual o esgoto seria lançado.

Com base nos relatos, a Prefeitura apontava que a obra seria totalmente concluída e a rede passaria a realmente funcionar dentro de um ano até 2010. Todavia, com o passar dos meses, novas informações foram levantadas e os prazos expandidos, até chegar ao contexto atual em que não se sabe quando a rede de esgoto do bairro vai começar a funcionar realmente, pois, paradoxalmente, não há um local que possa receber o esgoto do bairro, o que sinaliza os limites do planejamento municipal.

A decepção dos moradores acerca desse fato ganhou grandes dimensões, pois é um fato que atinge diretamente a sua vida cotidiana. Desde que esses foram residir no bairro Kadija o saneamento básico era uma meta a ser almejada. No momento em que os trabalhadores da prefeitura iniciaram as obras - quebrando calçadas, colocando o encanamento, etc. – pensou-se que os moradores estavam muito próximos de ver as

fossas sépticas serem inutilizadas e os impactos decorrentes dessas, quando estouradas, atenuados; o que, na prática, não aconteceu.

Contudo, para as recentes áreas de expansão da cidade, tais como o extremo leste do bairro Candeias e o bairro Morada dos Pássaros, o esgotamento sanitário chegou, sem problemas de destino. Ou seja, percebe-se que as barreiras que impedem que esse não funcione nas áreas periféricas pobres não agem sobre as periferias “enobrecidas”. Assim, é relevante destacar que todos devem ter o acesso a serviços básicos que garantam condições dignas de existência. Todavia, para os responsáveis pela implantação de políticas públicas em Vitória da Conquista, talvez, a expressão “todos” seja algo não tão abrangente.

O curioso é perceber que se hoje a economia da cidade é fortalecida pelos setores dos serviços e do comércio e, em menor peso, pela indústria e pela agricultura. Os trabalhadores desses setores, que dão suporte a essa economia, são o moradores da periferia pobre, sendo ele mesmo precarizado em várias dimensões, que vão da estrutura do seu bairro até das suas condições de trabalho, o que conduz à discussão de Thomaz Junior (2005) sobre uma precarização que envolve o sujeito no sentido ontológico.

Dessa forma, as políticas públicas mostram novamente seu caráter seletivo e segregador, que deteriora a vida de uma grande maioria em benefício de uma minoria dominante. Os subsídios negados a população do campo são reafirmados quando esses migram para as cidades, e nessas a falta desses subsídios são somados a exploração do trabalho e a precarização da vida dessas pessoas, que irão abarcar as periferias pobres. Isso se explica pelo fato de que a administração pública, por estar atrelada aos interesses do capital, não quer e nem tem interesse reverter à situação, porque priorizam outras áreas, que são objetos de valorização.

Seabra reafirma o que foi exposto, ao explicitar que na sociedade em que vivemos “[...] administramos, mas ao que tudo indica, sem superar contradições de fundo que irremediavelmente acabam por ganhar realidade”. (SEABRA, 2000, p.78).

A desigualdade, então, se estabelece no momento em que a população que habita nas periferias pobres das cidades arca com problemas que não são criados por

ela, e sim são frutos de um sistema perverso, que, para se reproduzir, sujeita essa parcela da população às mazelas de uma vida prenhe de precariedades.

N. Santos, em seus estudos sobre as metrópoles, expõe que “os núcleos metropolitanos brasileiros, privilegiados, bem servidos e de alto valor econômico, exigem, para existir, que as periferias também existam e que sejam mantidas como estão”. (SANTOS, N., 1980 p.24, apud: DIAS, VIDAL, 2009, p.458). Ou seja, as periferias revelam as faces contraditórias do capital, e denunciam a lógica da reprodução do sistema capitalista, profundamente “excludente” e desigual.

Considerações finais

Desvendar as contradições que implicam o urbano emerge assim como uma necessidade gritante, no meio de uma sociedade onde se vive de forma desigual. A questão da precarização em periferias pobres se dá então como uma dessas contradições, que se destaca ao olharmos essa sob o prisma das políticas públicas.

Analisar a realidade Conquistense é comprovar tais contradições e perceber os desdobramentos dela, os valores que tais dramas impregnam na sociedade, o caso do esgotamento sanitário do bairro Kadija, só reflete a seletividade das políticas públicas, que primam por beneficiar alguns, esquecendo-se de que todos devem ter acesso a condições dignas de vida no espaço urbano das cidades. Entretanto, essas políticas estão sempre por reforçar um modo de vida que reafirma o caráter excludente da minoria dominante, e a carência de uma população que há muito está sendo posta a viver os frutos do caos que se tornou a organização da sociedade urbana, moldada pelo sistema que a rege.

O anseio por explorar essas contradições e ir mais afundo na discussão, que neste estudo foi brevemente exposta, propõe uma continuação da pesquisa, visto que ainda há muito a perceber, esclarecer e dá voz a realidade que está posta e insiste em perpetuar. Todavia, essa não ignorada por aqueles que participam de suas vivências e de seus estudos, e que também lutam por um direito pleno à cidade.

Referências bibliográficas

ANDRADE, T. A.; SERRA, R. V.; SANTOS, D. P. Pobreza nas cidades médias brasileiras. In: ANDRADE, T. A.; SERRA, R. V.; SANTOS, D. P. (Org.). **Cidades médias brasileiras**. Ipea, Rio de Janeiro, 2001, p.251-293.

BARROS, G. ROCHA, I. Condomínio Greenville e loteamento Vila Améria: Um retrato da segregação sócio-espacial em Vitória da Conquista. In: **Actas Del colóquio internacional de Geocrítica**. Universidad de Buenos Aires, 2010, p. 2-7. Disponível em: <<http://www.filo.uba.ar/contenidos/investigacion/institutos/geo/geocritica2010/526.htm>>. Acesso em 09 de Julho de 2011.

BAZAN, J. Cidade e segregação: vicissitudes e contradições do espaço contemporâneo. In: **Estudos**, Goiânia, v.35, n. 2, p. 311-323, mar/abr 2008.

DIAS, P. C.; VIDAL, F. B. Que periferia? Estratégia e discurso do capital imobiliário na estruturação do espaço metropolitano. In: **Bahia análise e dados**, Salvador, v.19, n. 2, p. 455-472, 2009.

DOMINGUES, A. (sub)úrbios e (sub)urbanos – o mal estar da periferia ou a mistificação dos conceitos? In: **Revista da Faculdade de Letras – Geografia**. I série, vol. X/ XI, Porto, 1994/5, p. 5-18.

FERRAZ, A. E. de Q. **O urbano em construção**: Vitória da Conquista, um retrato de duas décadas. Vitória da Conquista, Edições UESB, 2001, p. 29-40.

GONÇALVES, M. A.; THOMAZ JÚNIOR, A.. Informalidade e precarização do trabalho: uma contribuição a Geografia do trabalho. In: **Scripta Nova**, revista eletrônica de Geografia y ciências sociales, Universidad de Barcelona, v.4, n. 119 (31), agosto 2002. Disponível em: <<http://www.ub.edu/geocrit/sn/sn119-31.htm>>. Acesso em 09 de Julho de 2011.

IBGE, (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). **Resultados Preliminares do Universo do Censo Demográfico**, ano; 2010. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm>>, Acesso em 23 de Agosto de 2011.

MAIA, D. S. Cidades médias e pequenas do Nordeste: Conferência de abertura. In; LOPES, D. M. F.; HENRIQUE, W. (Orgs.). **Cidades médias e pequenas da Bahia**: teorias, conceitos e estudos de caso. Salvador, SEI, 2010, p.15-39.

MOREIRA JÚNIOR, O. Cidade partida: Segregação induzida e auto-segregação urbana. In; **Caminhos de Geografia** – revista online, Uberlândia, v. 13, n. 33, p. 1-10, março 2010. Disponível em: <<http://www.ig.ufu.br/revista/caminhos.html>>, Acesso em 23 de Agosto de 2011.

VITÓRIA DA CONQUISTA, Prefeitura Municipal de. **Plano Plurianual de Administração Pública 2010-2013**. Banco de Dados do Portal da Transparência. Disponível em: <<http://www.transparenciaconquista.ba.gov.br/page.php?p=ppa>>. Acesso em 23 de Agosto de 2011.

SANTOS, J., A natureza contraditória da urbanização em um contexto de maior complexidade na produção das cidades baianas. In; LOPES, D. M. F.; HENRIQUE, W. (Org.). **Cidades médias e pequenas da Bahia: teorias, conceitos e estudos de caso**. Salvador, SEI, p.59-74.

SEABRA, O. C. de L. Urbanização e fragmentação: A natureza natural do mundo. In; **Geografares**, Vitória, v.1, n.1, junho 2000, p. 73-79.

SEI, (Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia). **SIDE**, Sistemas de Dados Estatísticos. Índices por município e ano com ranking. Tabela 164. Ano; 2006. Disponível em: <http://www.sei.ba.gov.br/side/frame_tabela.wsp?&tmp.tabela=t164>. Acesso em 23 de Agosto de 2011.

SOGAME, M. Rudimentos para o exame da urbanização em sua fase crítica: uma aproximação do conceito de segregação socioespacial. In; **Geografares**, Vitória, n. 2, junho 2001, p. 95-103.

THOMAZ JÚNIOR, A. “Leitura” geográfica da práxis social do trabalho. In; **Revista Pegada**, FCT/Unesp, Presidente Prudente, v.6, n. 1, julho 2005, p.7-18.

VÉRAS, M. P. B. Sociedade urbana: desigualdade e exclusão sociais. In: **Caderno CRH**, salvador, n. 36, jan/jun. 2003, p. 79-114.